

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022



TRANSPARÊNCIA  
*BRASIL*

# FICHA TÉCNICA

## DIREÇÃO EXECUTIVA

Juliana Sakai

## EDIÇÃO

Marina Iemini Atoji

## REDAÇÃO

Marina Iemini Atoji

Nathália Mendes

Sarah Fernandes

## LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO

Nathália Mendes



TRANSPARÊNCIA  
**BRASIL**

# ÍNDICE

<b>QUEM SOMOS</b>	<b>4</b>
<b>CARTA DAS DIRETORAS</b>	<b>5</b>
<b>TRANSPARÊNCIA</b>	<b>8</b>
Balanços da opacidade	9
Provas do abandono da política ambiental	9
Monitoramento da LAI	10
Contra-ataques e resultados	10
Ferramentas de tecnologia para a sociedade	12
Pandemia e educação	13
Propostas para o novo governo	13
<b>CONTROLE SOCIAL</b>	<b>14</b>
Ações aumentaram transparência em TJs	15
Orçamento secreto e atrasos em obras de creches e escolas	15
Acesso à justiça	16
Estado do governo aberto no Brasil	16
<b>INTEGRIDADE</b>	<b>17</b>
Fim do orçamento secreto	18
Lei de Improbidade Administrativa: redução de danos	18
Atuação no Congresso	19
Inteligência Artificial	19
Atuação no Executivo federal	20
Corrupção e ditadura	21
<b>COMUNICAÇÃO</b>	<b>22</b>
Redes e mailing	23
Campanhas	25
Ilusíadas no Instagram	27
Eventos e audiências	27
Presença na imprensa	27
<b>FINANÇAS</b>	<b>29</b>
<b>FINANCIADORES</b>	<b>32</b>

# QUEM SOMOS

## EQUIPE

### **Diretoria executiva**

Juliana Sakai  
Manoel Galdino (2016-2022)

### **Diretoria de programas**

Marina Iemini Atoji

### **Gerência de dados e tecnologia**

Talita Lôbo

### **Cientistas de dados**

Jonas Coelho  
Raul Durlo

### **Analistas de transparência**

Guilherme Barbosa  
Rebeca Lins (2022-2023)

### **Analista de transparência e integridade**

Bianca Berti

### **Analista de comunicação**

Sarah Fernandes (2022)

### **Analista administrativo-financeiro**

Francisco Monteiro (2022-2023)

### **Estagiária de transparência**

Amanda Santos

### **Estagiária de comunicação**

Nathália Mendes

### **Estagiários de desenvolvimento de software**

João Menezes  
Marcos Vinícius  
Eduardo Queiroz  
Joellen Silva  
Jessé Oliveira

# QUEM SOMOS

## CONSELHO DELIBERATIVO

### Presidência

Eduardo Capobianco

### Vice-presidência

Kavita Miadaira Hamza

### Conselheiros

Bianca Vaz Mondo

Bruna Santos

Cecília Olliveira

Cláudio Ferraz

Guilherme Alpendre (até mar/2022)

Luiz Fernando Miranda

Marcela Cristina Arruda Nunes (até mai/2022)

Marcelo Kalil Issa

Maria Goretti Dal Bosco

Rubens Naves

## CONSELHO FISCAL

Fábio Moraes da Costa

Henrique Gonçalves de Freitas

Paula Miadaira

## CARTA DAS DIRETORAS

Se coubesse a nós escolher a palavra do ano, como faz o Dicionário Oxford e outras iniciativas semelhantes, a de 2022 certamente seria “transição”. Foi algo que marcou a Transparência Brasil interna e externamente, ao longo do período coberto por este relatório.

Após seis anos de intensa dedicação, em que conduziu a TB por uma trajetória ascendente, Manoel Galdino deixou a diretoria executiva para assumir uma cadeira de professor na Universidade de São Paulo. Sob sua gestão, vimos o caixa da entidade se fortalecer, com a diversificação de financiadores e a conquista do primeiro financiamento institucional da organização. Abrimo-nos mais à colaboração com outras organizações por meio de redes, e com isso ampliamos a atuação junto aos três Poderes por melhores políticas de transparência e integridade. Ao mesmo tempo, mantivemos a tradição de desenvolver ferramentas inovadoras e análises rigorosas com impacto para a sociedade.

A transição para a nova diretoria executiva após a escolha pelo Conselho Deliberativo teve poucos reflexos da organização para fora.

### Em meio a transformações internas e externas, a atuação da Transparência Brasil se manteve firme

Como a gestão já era compartilhada com a diretoria de operações, nossas atividades continuaram sem solavancos. Antes, durante e depois da passagem de bastão, publicamos análises e notas públicas sobre a contínua erosão da transparência e da democracia, e contribuímos de forma decisiva para dois avanços institucionais importantes.

Na esfera eleitoral, a articulação da Transparência Brasil com outras organizações influenciou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela manutenção da transparência total sobre as declarações de bens de candidatos e candidatas. O argumento de que a divulgação violaria a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi vencido, criando um importante precedente positivo.

Ainda no Judiciário, atuamos na extinção de uma das maiores brechas para a corrupção dos últimos anos: o orçamento secreto. A partir de dados

obtidos via Lei de Acesso à Informação e nossa expertise no controle social de obras de creches e escolas, revelamos ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à sociedade evidências claras da violação de direitos promovida pelo mecanismo de cooptação de apoio de parlamentares: a destinação de recursos via emenda de relator a obras inexistentes. A parceria com a Associação Contas Abertas e a Transparência Internacional - Brasil e o apoio do escritório Rubens Naves Naves Santos Jr. e do conselheiro Marcelo Issa enriqueceram ainda mais nossa contribuição ao tribunal.

O ano eleitoral trouxe sua carga particular. A apropriação do tema de combate à corrupção pela extrema-direita escalou ainda mais alguns degraus e alimentou discursos e ações antidemocráticos. Esse é um desafio múltiplo em nosso horizonte. Continuaremos a investir em comunicações que se contraponham a essa perspectiva, ou seja, mostrem que a solução passa necessariamente por mais e melhor democracia – como a [campanha “Ilusíadas”](#), veiculada pouco antes do primeiro turno. E continuaremos a nortear nosso trabalho pela visão de que o combate à corrupção no setor público se dá na esfera institucional, não moral.

Internamente, a mudança na diretoria executiva envolveu o primeiro passo rumo a uma nova abordagem da TB sobre seus temas prioritários: a equipe foi reorganizada. Como auxiliar à diretoria executiva, há agora uma diretoria de programas, voltada a promover a coordenação entre os projetos e seu alinhamento aos planos da organização. A necessidade de uma gestão especializada para manter a já mencionada tradição de inovação levou à criação do posto de gerência de dados e tecnologia.

Nesse aspecto, é importante destacar o fato de que os três cargos mais altos na atual estrutura executiva da Transparência Brasil estão ocupados por mulheres. Isso nos coloca entre as poucas ONGs brasileiras cuja presença de mulheres em posições de liderança é considerada “muito alta”, [segundo pesquisa de 2021](#), e demonstra a consolidação da relevância da diversidade na construção da equipe executiva. Uma maior pluralidade racial ainda é necessária, e continua a ser um critério de priorização em novas contratações.

Nos meses finais do ano, nossa transição interna coincidiu com a troca de poder no governo federal. Com a confirmação de que a gestão de Jair Bolsonaro (PL-RJ) – notada e comprovadamente avessa à

transparência e à participação social – chegaria ao fim e daria lugar à terceira gestão de Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) – cujas principais promessas de campanha envolviam “revogação de sigilos” –, voltamos nossa energia a apontar ao novo governo demandas prioritárias para que o país retome o caminho da transparência e da integridade.

O novo ano e os novos arranjos políticos exigem que intensifiquemos nossa cooperação crítica com o setor

público. Ao mesmo tempo em que a colaboração é crucial para reconstruir as políticas públicas corroídas ao longo dos últimos seis anos, e caracteriza algo que defendemos veementemente – um governo aberto –, ela não deve abrir espaço para ser confundida com leniência ou parcialidade. O público seguirá contando com o mesmo grau de exigência nos monitoramentos e análises e a mesma contundência nas cobranças que sempre caracterizaram a Transparência Brasil.

**Juliana Sakai**

Diretora executiva

**Marina Iemini Atoji**

Diretora de programas





# TRANSPARÊNCIA

*Em mais um ano de sucessivos ataques e ameaças ao direito de acesso a informações – especialmente por parte do Executivo federal –, a Transparência Brasil manteve a vigilância contra retrocessos, lançando luz sobre eles e exigindo soluções.*

## Balanços da opacidade

O **compilado de recuos e obstáculos à transparência pública** desde o início da gestão de Jair Bolsonaro (PL-RJ), [iniciado em 2020](#), foi atualizado até [maio de 2022](#) e continuou a servir de **referência a meios de comunicação e outras organizações da sociedade civil**, além de resultar em um artigo publicado na Folha de S.Paulo.

Parte da lista integra, ainda, o [Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Implementação da Agenda 2030](#) no Brasil, em cuja elaboração a TB foi convidada a contribuir, como evidência do estado de retrocesso da meta 16.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Relatório Luz é o único instrumento de monitoramento dos ODS no Brasil.

Em parceria com a iniciativa Foco Amazônia, da ONG Política por Inteiro, a TB produziu um **balanço dos [problemas em transparência em políticas públicas socioambientais](#)**. O material foi divulgado na Semana Mundial do Meio Ambiente, como uma das ações no projeto Achados e Pedidos. Ainda nessa seara, uma análise da parca transparência sobre políticas para lidar com mudanças climáticas

Em 2022, a TB continuou a **registrar as constantes violações a direitos e a exercer o controle social**.

foi [publicada no Poder 360](#), a propósito da 27ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-27).

## Provas do abandono da política ambiental

Pedidos de informação ao Executivo federal na área ambiental deram origem a outros três levantamentos relevantes publicados pelo Achados: a **revelação de [mais de 3 mil mortes de crianças indígenas](#)** de 2018 a 2021, um **diagnóstico da [militarização de órgãos socioambientais](#)** como Ibama e Funai e a constatação de que havia [poucos registros sobre negociações do governo para retomar o Fundo Amazônia](#). São **evidências concretas do abandono das políticas públicas federais socioambientais** que ganhou destaque no início de 2023.

## Monitoramento da LAI

O **Achados e Pedidos**, que é financiado pela Fundação Ford e realizado em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), também demonstrou os **problemas na qualidade do atendimento a pedidos de informação** pelo governo federal. Publicada em novembro, mês do aniversário de sanção da Lei de Acesso à Informação (LAI), uma **análise inédita mostrou indícios de inflação dos níveis oficiais de concessão de informações via LAI**.

Usando um algoritmo de processamento de linguagem natural (NLP) **criado pelo projeto**, a TB constatou que **20% das respostas a pedidos classificadas como “acesso concedido” pelos órgãos federais não forneciam de fato a resposta ao cidadão**.

Publicado **no Metrôpoles**, o resultado chamou a atenção da Ouvidoria-Geral da União (OGU), que se reuniu com a TB para discutir melhorias no processo de classificação do atendimento aos pedidos de informações e de verificação desse atributo. O diálogo continua em 2023, agora com a Secretaria de Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU).

## Contra-ataques e resultados

No bloqueio de retrocessos, a mobilização por meio do **Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas** foi constante e efetiva. Após diálogos com a coalizão e manifestações públicas articuladas pelo coletivo, **o TSE decidiu por divulgar dados detalhados de declarações de bens de candidatos e candidatas**, adotando o entendimento do Fórum de que o ato não viola a LGPD.

Ao longo de seis meses de 2022, a Transparência Brasil e outros membros do coletivo **se reuniram com o ministro Edson Fachin**, então presidente do TSE e com a então ouvidora do órgão, juíza Larissa Nascimento, em defesa da divulgação ampla das informações, além de participar de **audiência pública** sobre possíveis adaptações na transparência eleitoral à LGPD e publicar uma **carta aberta** à Corte pela retomada da divulgação das declarações, que chegou a ser suspensa no início do período de campanha. **Graças a essa ação, jornalistas puderam produzir reportagens sobre patrimônio de candidatos e eleitos**.

Em nível estadual, o Fórum – com participação ativa da TB – **conseguiu que o governo do Rio de Janeiro**

**enfim instaurasse a Comissão Mista de Transparência do estado**, que deveria existir desde 2018. A providência só foi tomada após a coalizão denunciar a omissão ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), que [admitiu a denúncia](#), e ao Ministério Público do RJ, que [abriu inquérito](#). O colegiado é responsável por rever a imposição de sigilo em informações públicas e é a última instância de recursos contra negativas a pedidos de informação ao Executivo fluminense.

No final de 2022, a partir de apontamentos feitos pelo Fórum em nota técnica, **o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu recomendações ao governo federal para melhorias na transparência da gestão da pandemia**. No documento, que a coalizão encaminhou à Corte em dezembro de 2020, as organizações apontaram falhas na divulgação de dados sobre distribuição e fila de exames de covid-19, além de atrasos na divulgação de boletins epidemiológicos.

Outro impacto da atuação do Fórum no nível federal foi a **reversão de negativa da Polícia Rodoviária Federal (PRF) a pedido de informações sobre processos administrativos disciplinares** já encerrados contra agentes

envolvidos no assassinato de Genivaldo de Jesus Santos. Ele morreu asfixiado no porta-malas de uma viatura após uma abordagem violenta. A PRF alegou inicialmente que as informações seriam pessoais e, portanto, sujeitas a um sigilo de 100 anos. Após críticas da sociedade civil – dentre as quais uma [nota em que o Fórum solicitou a retirada do sigilo](#) –, as informações foram fornecidas.

No Legislativo, a articulação com outros atores da sociedade civil **garantiu o adiamento da votação do PL 2224/2021**, que alterava a Lei de Governo Digital para **cobrar por serviços de uso de dados do poder público**. As mudanças possibilitavam a cobrança pela utilização de informações públicas por meio de tecnologias como APIs (interface de programação de aplicações).

**Por meio da atuação em rede com organizações parceiras, a Transparência Brasil contribuiu para barrar e reverter retrocessos em transparência pública.**

## Ferramentas de tecnologia para a sociedade

A Transparência Brasil disponibilizou ao público **duas novas e melhoradas ferramentas** que facilitam o acesso à informação, seguindo sua vocação para a inovação.

O Achados e Pedidos **ganhou o [chatbot repLAI](#)**, que ajuda na **formulação de pedidos de acesso à informação e de recursos contra negativos**. O recurso foi criado com um mini-financiamento da RACI Canadá e usa o conhecimento reunido a partir da base de dados do Achados como matéria-prima (tipos de negativas mais frequentes, para o fornecimento de modelos de recursos adequados a cada um, por exemplo). Desde seu lançamento, foram 991 acionamentos do chatbot.

O recurso de **[busca avançada do DadosJusBr](#)**, projeto financiado pelo Instituto Betty e Jacob Lafer, **facilitou o acesso e a análise dos dados de remuneração do Judiciário e do Ministério Público** já disponíveis na plataforma. O lançamento durante o 15º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo realizado pela Abraji atraiu a atenção de jornalistas para a ferramenta, assim como o **[curso](#)**

**[on-line gratuito](#)** oferecido em parceria com a Associação.

**A inovação para o controle social que sempre caracterizou a Transparência Brasil continua a dar frutos.**

O aniversário de 10 anos da entrada em vigor da LAI foi celebrado com uma **[série de webinários](#)** sobre a relevância e a utilidade da regra para diferentes áreas, como eleições, controle social, socioambiental e jornalismo. Os eventos tiveram, no total, 1.421 visualizações.

Também para marcar uma década da lei em cuja elaboração a Transparência Brasil atuou de forma decisiva, o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas publicou o **[e-book "A LAI é 10"](#)**, com ensaios sobre a importância da regra e os desafios para defendê-la no futuro próximo.

## Pandemia e educação

Com o retorno às aulas presenciais após dois anos de ensino à distância, no início de 2022, a Transparência Brasil [investiu na divulgação do Edu](#), um robô no WhatsApp para a comunidade escolar compartilhar informações sobre a estrutura e os protocolos sanitários das escolas. Com base nesses dados, o Edu informava aos usuários se a escola era considerada um ambiente de alto ou baixo risco de contágio pela covid-19.

## Propostas para o novo governo

Ao final do ano, com a eleição de um novo presidente da República e o início do processo de transição no Executivo federal, **a Transparência Brasil liderou esforços do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas na produção de um [documento detalhado](#) com propostas** para o Grupo Temático Integridade e Transparência do Grupo de Transição.

**Ao fim de um período marcado pela necessidade constante de reagir a retrocessos, a TB liderou esforços propositivos.**

Divididas em áreas, as propostas indicam as prioridades apontadas pelas organizações que compõem o coletivo e outras externas, com as quais foi feita uma articulação. Entre elas, a revisão da aplicação de sigilos realizada pela gestão Bolsonaro e o aprimoramento da aplicação da proteção de dados pessoais como justificativa para negativa de acesso a informações. O documento [foi apresentado](#) em reunião híbrida de membros do Fórum com o GT e **já rendeu ações específicas da nova administração, como a [publicação de enunciados](#) pela Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o tratamento de pedidos de informação.**



# CONTROLE SOCIAL

*As ações da Transparência Brasil geraram impactos significativos na transparência da remuneração de membros do Judiciário, no acompanhamento de obras públicas de creches e escolas e na verificação dos impactos da pandemia no calendário escolar.*

## Ações aumentaram transparência em TJs

Após o lançamento do [Índice de Transparência dos Tribunais de Justiça](#), elaborado como parte do DadosJusBr, a Transparência Brasil firmou acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para auxiliar no controle das entregas de dados de remuneração por tribunais, com relatórios periódicos sobre a completez das informações. O acordo produziu bons resultados em apenas alguns meses: **11 Tribunais de Justiça corrigiram lacunas na divulgação dos contracheques de seus membros**, depois de o órgão cobrá-los diretamente a partir dos relatórios.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), porém, não se sensibilizou com os péssimos resultados mostrados pelo [Índice de Transparência dos MPs](#) – que só se aplicou a 13 dos 27 órgãos, pois o restante não apresenta condições mínimas para a coleta automatizada dos dados. Cinco desses ministérios públicos [tampouco responderam](#) a ofícios da Transparência Brasil a respeito dos problemas.

As falhas na transparência do [Judiciário](#) e dos [ministérios públicos](#)

evidenciadas pelo DadosJusBr, aliás, foram amplamente repercutidas na Folha de S.Paulo, inclusive em [editorial](#), intensificando a pressão da sociedade por melhorias e correção de distorções nas remunerações.

## Orçamento secreto e atrasos em obras de creches e escolas

Por meio de dados obtidos via pedido de informações, a **Transparência Brasil revelou que R\$ 423 milhões empenhados em 2020 e 2021 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) via emendas de relator** (a engrenagem do chamado orçamento secreto) **destinavam-se a obras que sequer existiam**. À época da publicação do levantamento, eram 1.939 obras que contavam apenas com um acordo provisório junto ao FNDE.

A análise repercutiu amplamente na imprensa (ao menos 13 reportagens, em meios como a [Globonews](#)) e aumentou a pressão da sociedade pela extinção das emendas de relator no formato em que estavam sendo distribuídas. **Os dados fundamentaram os memoriais apresentados pela TB, Associação Contas Abertas e Transparência**



**Internacional - Brasil ao Supremo Tribunal Federal (STF)** na condição de *amici curiae* em uma das ações que questionavam a constitucionalidade do orçamento secreto.

O monitoramento de atrasos em obras de creches e escolas financiadas com recursos federais também reverberou na imprensa. Atualizando um levantamento feito no **projeto Tá de Pé**, já encerrado, a TB alertou que [mais de 2,5 mil construções de creches e escolas estavam atrasadas](#), em abril.

### Acesso à justiça

No segundo semestre, iniciaram-se as atividades do **projeto Mais Defensoria**, financiado pela Tinker Foundation. Foram realizados mais de uma dezena de diálogos e entrevistas com defensorias estaduais, membros da sociedade civil e pesquisadores e pesquisadoras da atuação desses órgãos, para embasar os produtos da iniciativa.

A partir das informações e dos dados coletados, a Transparência Brasil desenvolverá indicadores a respeito do atendimento prestado pelas defensorias para possibilitar o controle social sistemático de sua função na democratização do acesso a justiça.

### Estado do governo aberto no Brasil

A TB foi uma das organizações da sociedade civil brasileira que participaram da Revisão Sobre Governo Aberto no Brasil [divulgada em junho](#) pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A partir das contribuições das entidades e de diálogos com integrantes do próprio governo federal, a OCDE classificou o país como “ambiente restrito” ao livre exercício dos direitos fundamentais e recomendou uma estratégia nacional de governo aberto.



# INTEGRIDADE

*Em 2022, o investimento na área de integridade ganhou fôlego e produziu bons resultados, com destaque para a atuação no Judiciário. O contato com o Congresso foi mais frequente, embora ainda pautado pela redução de potenciais danos, como nos anos anteriores.*

## Fim do orçamento secreto

**Com uma contribuição relevante da Transparência Brasil, o chamado orçamento secreto** – uma das grandes brechas para corrupção existentes no país – **encontrou seu fim em 2022**. Em parceria com a Associação Contas Abertas e a Transparência Internacional - Brasil, a organização atuou como *amicus curiae* em uma das ações que questionavam, no STF, a constitucionalidade das emendas de relator (ADPF 854).

Nos [memoriais](#) apresentados pelo escritório Rubens Naves Santos Jr., **a TB apresentou dados que demonstraram a violação aos preceitos** da democracia e aos direitos políticos; aos direitos fundamentais à saúde e à educação; ao princípio constitucional do combate às desigualdades sociais e regionais; e aos princípios da administração pública da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da legalidade e de eficiência, soberania popular, da separação da função dos Poderes e do princípio republicano causada pela distribuição de recursos da União pelo mecanismo estabelecido em 2020.

A manifestação no STF incluiu a revelação feita pela TB sobre os R\$

423 milhões empenhados em 2020 e 2021 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para obras inexistentes.

**A TB levou informações inéditas e relevantes ao STF, auxiliando na decisão de extinguir o orçamento secreto.**

## Lei de Improbidade Administrativa: redução de danos

Com a fragilização do combate à corrupção trazida pela nova Lei de Improbidade Administrativa, a Transparência Brasil investiu esforços conjuntos com o Instituto Não Aceito Corrupção (INAC) e a Transparência Internacional - Brasil para pautar a opinião pública a respeito do julgamento, pelo STF, da retroatividade da nova regra. Em especial, [pela conclusão rápida do julgamento](#) para evitar insegurança jurídica nas eleições que já se aproximavam. A aplicação retroativa das regras mais frouxas foi outro ponto de atenção, que [acabou bem modulado pela Corte](#).

## Atuação no Congresso

A **regulamentação do lobby** foi – e continuará a ser – objeto de atenção da TB na relação com o Congresso Nacional, onde tramita um projeto de lei com esse objetivo (PL 4.391/2021). Em esforço conjunto com outras organizações participantes da Rede Advocacy Colaborativo (RAC), **a Transparência Brasil apresentou [11 propostas de emendas ao texto proposto pelo governo federal](#)**, focadas em cobrir as lacunas em obrigações de transparência das tratativas entre o setor público e o setor privado.

A maioria foi incorporada ao substitutivo elaborado na Comissão de Trabalho e Administração Pública da Câmara dos Deputados. Após a aprovação de um pedido de urgência para o projeto, as [emendas acabaram descartadas](#), já que o substitutivo não chegou a ser votado pela Comissão.

## Inteligência Artificial

No tema da transparência algorítmica, a **criação de um marco legal para uso de Inteligência Artificial para o Brasil** também mereceu atenção. Proposta em tramitação no Congresso, debatida por uma Comissão de Juristas

(CJSUBIA), falhava em equilibrar interesse econômico e regras de restrição e fiscalização do uso de IA. Como parte da Coalizão Direitos na Rede (CDR), **a TB [recomendou publicamente a revisão do texto](#)**.

Como coordenadora do subcomitê temático Segurança Pública da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), a TB [buscou construir parâmetros e formas de transparência](#) para Relatórios de Impacto de Proteção de Dados e coordenar pesquisas sobre boas práticas no tema.

Através da Global Partners Digital (GPD), ainda, a TB indicou a necessidade de ampla participação social em processos de regulamentação de IA, em contribuição ao novo [relatório de direito à privacidade na era digital](#) das Nações Unidas. As recomendações foram entregues pela GPD em resposta à chamada pública do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

## Atuação no Executivo federal

No Executivo federal, a Transparência Brasil atuou na **implementação do Compromisso 2 do 5º Plano de Ação do Brasil na Parceria para Governo Aberto:**

“Combate à Corrupção no Setor Público”. Com prazo reduzido para execução (um ano – metade do que geralmente é destinado a essas ações), o Compromisso resultou em um [repositório digital](#) colaborativo que reúne leis, práticas, processos, métodos e dados relevantes para atividades de combate à corrupção. O objetivo é facilitar a pesquisa no tema e o desenho de soluções para implementar tais regras e práticas.

Com a iminência das Eleições Gerais, os **ataques à democracia** por parte do próprio governo central se intensificaram. **A Transparência Brasil se articulou com outras organizações para repudiá-los publicamente** e buscar refreá-los de alguma forma. Além de notas conjuntas cobrando providências de outros poderes e órgãos, foi feita uma provocação ao então ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) para que, enquanto presidente do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – que a TB integra –, emitisse uma manifestação ratificando a confiabilidade das urnas eletrônicas

e a transparência do processo eleitoral. O ministro se manifestou apenas após seu [silêncio](#) de mais de um mês [repercutir na imprensa](#), afirmando que não era atribuição do Conselho falar sobre o tema.

A possibilidade de mudanças na Lei das Estatais também exigiu a [atuação da TB em conjunto com a RAC](#), em uma crítica à tentativa de afrouxar a regra. O objetivo das alterações era facilitar as trocas de gestão na Petrobras em meio a uma escalada no preço dos combustíveis que prejudicava a campanha do então presidente da República à reeleição.

**A Transparência Brasil não se omitiu diante da necessidade e urgência de defender a democracia.**

## Corrupção e ditadura

Diante da indicação de que uma parcela significativa da sociedade guarda a impressão de que havia menos corrupção durante o período da ditadura militar – ao mesmo tempo em que discursos anti-democráticos ganham fôlego –, **a Transparência Brasil veiculou a campanha “Os Ilusíadas”.**

Produzida em parceria com a agência AlmapBBDO, a campanha transformou casos de corrupção ocorridos durante o regime de exceção em poemas com a mesma métrica de “Os Lusíadas”, em referência à prática de jornais substituírem reportagens censuradas por trechos do épico. O próprio Camões, em um *deep fake*, declama os casos em vídeos, cujo mote é **“Ditaduras não acabam com a corrupção. Acabam com o direito de informar você.”**. Um anúncio na Folha de S.Paulo substituindo a capitular dos poemas por um QR code direcionava o público ao [hotsite que reúne os vídeos](#).

Planeja-se uma segunda fase dessa iniciativa, com a produção de uma série não-documental sobre esses e outros casos de corrupção durante a ditadura.



# COMUNICAÇÃO

*A comunicação externa da Transparência Brasil continua a evoluir em sua institucionalização. A equipe dedicada é composta por uma coordenadora, uma analista e uma estagiária. Os resultados ficam evidentes nos números: houve aumento das menções à TB na imprensa de 2021 para 2022.*

## Redes e mailing

A estratégia de comunicação seguiu a formulada no ano anterior: periodicidade de postagem de conteúdo nas redes sociais, além de duas newsletters mensais (a “Ponto TB”, com atividades institucionais, e a “Radar TB”, com curadoria de conteúdo das áreas relacionadas à organização). Observou-se uma melhora no alcance nas redes em relação ao ano anterior.

Os resultados de 2021 aqui apresentados diferem dos apresentados no relatório daquele ano, pois foi necessário um ajuste de metodologia para possibilitar a comparação. A forma de exibição e contabilização de resultados pelas plataformas se alterou em 2022.

### Newsletters

Em comparativo com 2021, houve **aumento de 21% na média de abertura das newsletters** da TB. Parte do resultado relaciona-se com o aumento no número de boletins enviados: 2022 foi o primeiro ano completo em que se realizou o envio de duas newsletters mensais (total de 25, contra 19 de 2021).

	2021	2022
Newsletters enviadas	19	25
Taxa de abertura	22%	24%
Novas inscrições	451	220

Os resultados de novas inscrições mostram a necessidade de maior atenção à captação de leads. Houve uma queda de 51% no total de novas inscrições em relação a 2021.

Naquele ano, a TB realizou eventos e integrou campanhas que incentivavam o público a se inscrever no mailing (uma sessão de perguntas e respostas sobre a LAI no YouTube e a Caixa Aberta, por exemplo). O uso das redes sociais para divulgação das newsletters, realizado ao longo de 2022, tem impacto menor.

### Facebook

O alcance (quantidade estimada de contas às quais os conteúdos chegaram) da página aumentou significativamente em relação a 2021, em parte como resultado das campanhas que envolveram patrocínio de conteúdos (lançamento do repLAI e Ilusíadas).



## Sobre a página

	2021	2022
Alcance	11.498	236.126
Visitas	1.058	1.966
Novas curtidas	407	480

As **publicações orgânicas** (não patrocinadas) na página **alcançaram 38% mais pessoas do que em 2021**, e as **impressões** (quantidade estimada de vezes que o conteúdo foi visualizado) **umentaram 37%**. Dois fatores explicam o crescimento: o investimento em posts patrocinados tem como resultado indireto o aumento da repercussão dos conteúdos, e a Transparência Brasil publicou mais conteúdos que geram engajamento e impacto, como análises sobre a aplicação indevida de sigilos e dados sobre o Orçamento Secreto.

### Sobre o conteúdo\*

	2021	2022
Pessoas alcançadas	36.835	50.980
Impressões	38.764	53.292
Compartilhamentos	388	269

\*Excluídos posts patrocinados

## Instagram

O alcance do perfil mais que decuplicou. O aumento é explicado, assim como no caso da página do Facebook, pelas campanhas com patrocínio de posts.

O rendimento das publicações orgânicas também se beneficiou desse investimento: o alcance e as impressões delas mais do que dobraram.

### Sobre o perfil

	2021	2022
Alcance	9.529	109.982
Visitas	3.979	4.610

O alcance das publicações orgânicas no Instagram triplicou em relação ao ano passado, e as impressões mais que duplicaram. As razões são essencialmente as mesmas: reflexo indireto das campanhas patrocinadas e conteúdos que abordaram temas quentes nos momentos em que foram publicados. Chama a atenção o salto nos compartilhamentos de publicações de 2021 para 2022: o número quase quintuplicou.

### Sobre o conteúdo\*

	2021	2022
Publicações	107	117
Alcance	26.921	79.315
Impressões	42.366	87.021
Curtidas	6.238	5.954
Compartilhamentos	288	1.335

\*Excluídos posts patrocinados

### Twitter

No Twitter, mesmo sem ter havido patrocínio de postagens (a plataforma alterou seus critérios de admissão de anúncios de forma a tornar qualquer conteúdo da Transparência Brasil inelegível, por conter “teor político”), houve um salto nos números de impressões dos tweets (multiplicou-se em 300 vezes) e de engajamento (aumento de 46%).

### Sobre o conteúdo

	2021	2022
Tweets	665	771
Total de impressões dos tweets	6.310	2 mi

Engajamento*	72.440	106.250
--------------	--------	---------

\*Retweets, curtidas, respostas, cliques em links

### Campanhas

A TB realizou duas campanhas em 2022: em janeiro, para a divulgação do chatbot repLAI, vinculado ao Achados e Pedidos. De setembro a dezembro, como início das ações da organização para abordar a ocorrência de corrupção durante a ditadura militar.

### repLAI

Ao lançar o chatbot repLAI, cujo desenvolvimento foi financiado pela RACI Canadá, a Transparência Brasil patrocinou postagens no Facebook e no Instagram, além de publicar posts no Twitter, ao longo de janeiro de 2022.

Como mencionado anteriormente, não foi possível impulsionar tweets por conta da política de anúncios da plataforma.

### repLAI no Twitter

	Nº
Tuítes da campanha	5
Impressões	40
Engajamentos	330

Nas plataformas da Meta, observa-se diferença no rendimento dos anúncios publicados, em razão da extensão de tempo necessária para que o impulsionamento de conteúdos ganhe tração no Facebook e no Instagram. No caso do segundo, é necessário que o período seja maior para que se obtenha o melhor rendimento do algoritmo de distribuição de conteúdo.

#### **repLAI no Facebook**

	Nº
Postagens patrocinadas	2
Alcance patrocinado	125.486 contas
Impressões patrocinadas	175.264

#### **repLAI no Instagram**

	Nº
Postagens patrocinadas	2
Alcance patrocinado	817 contas
Impressões patrocinadas	919

## **Os Ilusíadas**

Os Ilusíadas foi lançado em 28 de setembro, Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, com nove vídeos reunidos em um [hotsite](#), cujo número de visitas chegou a 2.209. O anúncio na edição impressa da Folha de S.Paulo levava ao primeiro vídeo da série feita para a campanha.

Além disso, a campanha foi veiculada nas redes sociais. O melhor desempenho da campanha foi observado no Twitter, que sozinho alcançou mais de 300 mil impressões (visualizações) e quase 10 mil engajamentos (retweets, respostas, cliques em links). A quantidade de postagens é maior porque foram feitos “fios” (*threads*), ou seja, sequências de tweets com dados e informações sobre os casos abordados na campanha.

#### **Ilusíadas no Twitter**

	Nº
Tuítes da campanha	66
Impressões	299.380
Engajamentos	9.700
Visualizações de mídias	999

O mailing também obteve bons resultados: foram 45 visitas ao hotsite da campanha a partir de e-mails enviados. No YouTube, o vídeo sobre o caso de corrupção na [usina de Itaipu](#) foi o mais acessado.

### ***Ilusíadas no Facebook***

	Nº
Postagens orgânicas	10
Postagens patrocinadas	1
Alcance orgânico	1.855 contas
Impressões orgânicas	1.642
Alcance patrocinado	9.552 contas
Impressões patrocinadas	11.909

### ***Ilusíadas no Instagram***

	Nº
Posts da campanha	10
Alcance	6.971 contas
Impressões	6.154

## **Eventos e audiências**

A Transparência Brasil esteve presente em **28 eventos e audiências** ao longo de 2022, dos quais 15 foram promovidos por órgãos governamentais brasileiros e 5 por organizações internacionais. Destacam-se os congressos *EGAP: Democracy, Conflict & Polarization Priority Theme Meeting* e *America Abierta* que ocorreram de modo presencial.

Como convidada, a TB ministrou uma aula à Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo acerca do uso de algoritmos pelo setor público e o webinar [“Reúso de dados abertos: Afinal, para o que eles servem?”](#), promovido pela CGU.

Entre os eventos externos, incluem-se a participação na Conferência Brasileira de Jornalismo de Dados e Métodos Digitais, o Congresso da Abraji e consulta pública para a nova política de Acesso à Informação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

## **Presença na imprensa**

A presença da Transparência Brasil na mídia continua a se consolidar, com aumento de 7% em relação ao ano passado. A maior parte das menções à TB apareceu na mídia

on-line. Foram 525 sites e portais jornalísticos em formato de texto, 3 em formato de vídeo e 8 podcasts.

tornando-o o projeto mais citado nominalmente (69 materiais).

### ***Menções à TB na imprensa, por alcance da mídia***

	2021	2022
Nacional	531	575
Internacional	4	2

O tema mais associado às citações à TB na imprensa foi Acesso à Informação, centro de 231 materiais. Notadamente, pareceres da organização sobre casos de opacidade e [sigilo indevido](#), e [levantamentos inéditos](#) sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A TB foi fonte especializada de outras pautas de relevância nacional, como a [regulamentação do lobby](#) e o orçamento secreto, cujo estudo da organização sobre impacto em creches e escolas públicas brasileiras teve destaque no [Jornal Nacional](#) e no podcast [Foro de Teresina](#).

A produção do DadosJusBr a respeito da falta de transparência de remunerações do Judiciário e dos ministérios públicos também repercutiu significativamente, inclusive com [coberturas regionais](#),



# FINANÇAS

## RECEITAS

Fonte	Montante
Doação (Open Society Foundations)	R\$ 518.440,00
Doação (Ford Foundation)	R\$ 548.560,20
Doação (Tinker Foundation)	R\$ 463.571,86
Doação (Instituto Betty & Jacob Lafer)	R\$ 101.463,00
Rendimentos financeiros	R\$ 86.277,54
Doação (Global Partners Digital)	R\$ 35.688,45
Doação (RACI)	R\$ 30.969,45
Doação (pessoas físicas)	R\$ 9.984,94
Doação (Abril Comunicações S/A)	R\$ 900,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.795.855,44</b>

## DESPESAS

Elemento	Montante
Pessoal	R\$ 851.132,04
Parceiros e fornecedores	R\$ 525.499,04
Custos indiretos	R\$ 135.124,19
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.511.755,27</b>

**SUPERÁVIT** R\$ 284.100,17

## SALDO EM CAIXA

31/12/2021	R\$ 613.607,93
31/12/2022	R\$ 897.708,10

## ASSOCIADOS, DOADORES E PARCEIROS

Andre Oliveira

Arthur Braz

Bianca Vaz Mondo

Daniel Aguiar Espinola

Eduardo Capobianco

Fabio M. da Costa

Fadlo Haddad

Fernanda Evelin

Giovani Meneghel

Henriette Krutman

Larissa Prado Lemos Silva

Marcelo Beraba

Marcelo Granja Nunes

Mateus Antunes Braga

Paula Miadaira

Regina Mas de Magalhães Cardoso

Robson Mancini



## FINANCIADORES



**OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS**

